

Teocomunicação

Revista de Teologia da PUCRS

Programa de Pós-Graduação em Teologia
Escola de Humanidades

Porto Alegre, v. 49, n. 1, janeiro-junho 2019: e31612

 <https://doi.org/10.15448/0103-314X.2019.1.31612>

500 ANOS DA REFORMA LUTERANA – HERANÇAS E DESAFIOS

Sola gratia e livre-arbítrio: a certeza da salvação na teologia de Martim Lutero

Sola gratia and Free Will: The Certainty of Salvation in Martin Luther's Theology

Wilhelm Wachholz 

Rede Sinodal, Faculdades EST, São Leopoldo, RS, Brasil.

RESUMO

O ser humano medieval experimentou dramaticamente a fragilidade da vida, decorrente de tragédias naturais, epidemias, guerras. Teologia e religião coercitiva e inquisitorial potencializavam ansiedade e incerteza diante da morte e do juízo eternos. A concepção de Lutero sobre a justificação por graça mediante a fé e predestinação são fundamentos para a reafirmação da certeza da salvação. Neste estudo, analisaremos a compreensão de Lutero do princípio “*sola gratia*” (“somente [pela] graça”) em correlação com predestinação e livre-arbítrio bem como cristologia e antropologia.

Palavras-chave: Graça. Livre-arbítrio. Cristo. Martim Lutero.

ABSTRACT

The medieval human being experienced dramatically the frailty of life, resulting from natural tragedies, epidemics, wars. Coercive and inquisitorial theology and religion potentialized anxiety and uncertainty in the face of death and eternal judgement. Luther's conception about justification by grace through faith and predestination are foundations for the reaffirmation of the certainty of salvation. In this study, we will analyze Luther's theology of *sola gratia* ([by] grace alone) in correlation with the themes of predestination and free will, Christology and anthropology.

Keywords: Grace. Free will. Christ. Luther.



INTRODUÇÃO

A vida da pessoa medieval estava cercada por dúvidas, incertezas, crise de valores. Nos séculos que antecederam à Reforma de Martin Lutero, a humanidade experimentou tragédias naturais, guerras, fomes, epidemias de febre tifoide, pestes bubônica, pulmonar e septicêmica. “Morte e juízo, céu e inferno, purgatório e paraíso faziam parte do cotidiano”¹. Igreja e teologia interpretavam a tragédia humana como resposta e punição de Deus pelos pecados da humanidade. A salvação, portanto, implicava o esforço humano em aplacar o Deus irado e juiz, até mesmo carrasco. Para isso, fomentou-se uma religião coercitiva e inquisitorial, visando à expiação dos pecados, através de penitências sangrentas, procissões, cultos e combate à heresia. Por falta de conhecimento médico da epidemia, peregrinações e procissões, ironicamente, se tornaram veículo de propagação da própria peste².

Nesse contexto de fragilidades, o tema da salvação foi apresentado por Lutero com profunda preocupação pastoral, poimênica. Em situação de incertezas, o reformador pleiteou por orientações claras. Assim afirmou ele contra Erasmo de Roterdã:

Pois não é próprio de um coração cristão não deleitar-se com asserções; ao contrário, deve deleitar-se com asserções, ou não será cristão. [...].

Estejam longe de nós cristãos os cétricos e acadêmicos, mas perto os assertores duas vezes mais pertinazes do que os próprios estóicos. Quantas vezes, pergunto, exige o apóstolo Paulo aquela pleroforia, isto é, aquela asserção certíssima e firmíssima da consciência? Em Rm 10.9s. ele a chama de confissão: “A confissão com a boca se faz para a salvação”. E Cristo diz: “Quem me confessar diante dos homens, eu o confessarei diante de meu Pai” [Mt 10.32]. Pedro ordena que prestemos conta da esperança que há em nós. Que necessidade há de muitas [palavras]? Entre os cristãos não há nada mais conhecido e difundido do que a asserção. Suprime as asserções, e suprimiste o cristianismo. [...]. Ora, que belo increpador seria esse que não crê com certeza nem assera com constância o que increpa! [...]. Que cristão toleraria que as asserções fossem desprezadas? Isso não seria outra coisa senão ter negado toda a religião e piedade de uma vez, ou ter afirmado que a religião, ou a piedade, ou algum dogma nada são. [...].

O Espírito Santo não é um cétrico, nem escreveu em nossos corações coisas dúbias ou opiniões, e, sim, asserções mais certas e firmes do que a própria vida e toda experiência³.

A teologia de Lutero se caracteriza como resposta e proposta de reafirmação da certeza da salvação, que, na percepção dele, a religião medieval e a teologia escolástica abalaram ou tornaram insegura. A concepção de Lutero sobre a justificação por graça (*sola gratia*) mediante a fé (*sola fide*) e predestinação são fundamentos para a reafirmação da *certitudo salutis* (“certeza da salvação”). Pela fé, o ser humano é deslocado do seu próprio centro pecador e inseguro e colocado em Cristo, centro da certeza da salvação. A certeza da salvação em Cristo pressupõe, por um lado, a completa incapacidade do ser humano de contribuir para a própria bem-aventurança e, por outro, afirma a monergia divina nas coisas concernentes à felicidade eterna. Essa dupla realidade Lutero assim sintetiza, quando declara: “[...] só quando a vontade está cativa por e em Deus há certeza da salvação”⁴. Sendo assim, a pergunta por certeza e incerteza da salvação

¹ WACHHOLZ, W. *História e teologia da Reforma*, p. 13; NÜSSEL, F. *Sola gratia – in einer gnadenlosen Wettbewerbsgesellschaft?*, p. 51.

² WACHHOLZ, W. *História e teologia da Reforma*, p. 15.

³ LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 20-21, 23.

⁴ DREHER, Martin N. Da vontade cativa: introdução, p. 16.

remete inevitavelmente à pergunta por predestinação e livre-arbítrio. Para Lutero, há certeza, pois há predestinação, ao passo que a incerteza é gerada a partir da assertiva de haver no livre-arbítrio potência para a salvação. Pois a doutrina da predestinação tira dos ombros humanos o fardo de ter que colaborar com a salvação e atribui o ser bem-aventurado completamente a Deus. Doutrina da predestinação é, por natureza, rejeição de qualquer forma de salvação por obras e afirmação de salvação somente por graça acolhida pela fé⁵.

1 SOLA GRATIA OU “FÉ E OBRAS”? PREDESTINAÇÃO

Lutero abordou o tema da salvação, como já ressaltado, a partir da realidade do drama do ser humano medieval. A angústia pela salvação o havia levado ao convento⁶. “Eu, Martin Lutero, como serei salvo?”; “Eu me dizia continuamente: Oh! se pudesses ser verdadeiramente piedoso, satisfazer teu Deus, merecer a graça! Eis os pensamentos que me lançaram no convento!”⁷. Contudo, no convento tal angústia continuava a torturá-lo: “Como fazer que Deus me seja favorável?”⁸.

Na escolástica medieval estão as raízes das angústias e do conseqüente labor teológico de Lutero. A teologia escolástica, no intento de oferecer certeza em relação à salvação, desenvolveu uma espécie de “teologia da aliança” ou “teologia do contrato”. Segundo essa teologia, a relação entre Deus e ser humano se caracterizaria como contrato ou aliança, de forma que Deus recompensaria a pessoa com a salvação, caso ela fizesse todo o bem que estivesse ao seu alcance. O princípio segundo o qual a pessoa deveria fazer o que estivesse ao seu alcance (*facere quod in se est*) se fundava na tese aristotélica de que “o semelhante é conhecido pelo semelhante”⁹. Para a teologia, esse princípio significava que a

comunhão com Deus somente pode acontecer quando o pecador é elevado à semelhança com Deus. O pecador precisa tornar-se santo porque Deus é santo e não se associa com os que carecem de santidade. À pergunta relativa a onde a comunhão com Deus pode ser alcançada, a resposta somente poderia ser: no nível de Deus. O pecador tem de tornar-se “como” Deus, ou seja, tem de se tornar perfeito e ser elevado à posição em que Deus se encontra. Daí decorrer a popularidade da imagem da escada na teologia medieval¹⁰.

A ideia amplamente difundida da escada para o céu apresentava a salvação como ascensão até Deus. A penitência, através de peregrinações, indulgências, veneração a santos e relíquias, etc., constituiu-se em “remédio” para quem “escorregasse” degraus abaixo e precisava recomeçar a ascensão na direção de Deus. Aliás, nesse ponto outro princípio de Aristóteles foi introduzido na teologia. Trata-se da ideia do *habitus*¹¹, segundo a qual a prática habitual de virtudes tornaria a pessoa melhor, aperfeiçoando a sua natureza (Tomás de Aquino) e, dessa forma, tornando-a merecedora de mais graça divina¹².

⁵ Cabe destacar que também a fé não é obra humana, mas dom divino operado pelo Espírito Santo. Compreender a fé como expressão de alguma potencialidade humana somente seria possível se fosse ignorada a radicalidade do pecado. Cf. NÜSSEL, F. *Sola gratia* – in einer gnadenlosen Wettbewerbsgesellschaft?, p. 61-62.

⁶ Sobre a angústia de Lutero, cf. GREINER, A. *Lutero*, p. 9-23; NÜSSEL, F. *Sola gratia* – in einer gnadenlosen Wettbewerbsgesellschaft? p. 52-54.

⁷ LUTERO, *apud* GREINER, A. *Lutero*, p. 22.

⁸ LUTERO, *apud* GREINER, A. *Lutero*, p. 30.

⁹ LINDBERG, C. *As Reformas da Europa*, p. 81-82, 86-88; HÄGGLUND, B. *História da teologia*, p. 163, 181-184.

¹⁰ LINDBERG, C. *As Reformas na Europa*, p. 88.

¹¹ Sobre o conceito de *habitus* em Aristóteles, o seu uso na alta Escolástica e a sua crítica na teologia da Reforma, cf. informações mínimas in: SLENCZKA, N. *Habitus*, col. 1365-1366; HÄGGLUND, B. *História da teologia*, p. 163.

¹² LINDBERG, C. *As Reformas na Europa*, p. 88-89.

O princípio do *facere quod in se est* visava oferecer certeza da salvação. Na prática, contudo, resultou em mais incerteza e dúvida. Afinal: “Como é que vou saber se fiz suficientes boas obras para merecer a salvação?”¹³. Essa era e continuava a ser a angústia de Lutero, também no convento. A solução para esse dilema se apresentou para ele com a descoberta da “justiça passiva” (que é atribuída gratuitamente ao ser humano, independentemente das suas obras), em contraste com a “justiça ativa” (que o ser humano deveria conquistar por seus méritos). No estudo da Escritura e de Agostinho, Lutero passou a compreender a “justiça divina”, da qual fala Paulo, como a afirmação do agir salvífico de Deus, não mais como a expressão da exigência divina, pronta para condenar os que não lhe correspondem¹⁴. Essa descoberta da “justiça passiva” conduziu Lutero a uma nova compreensão da relação entre fé e obras e levou-o a propor, então, a inversão dos paradigmas escolásticos a partir de *Rm 1,17*: não são as boas obras que tornam o ser humano aceitável perante Deus, mas a aceitação de Deus é que leva o ser humano à prática de boas obras¹⁵. Dessa forma, Lutero substitui a “teologia da aliança” e do “contrato” (de mão dupla) pela “teologia do testamento” (de mão única), segundo a qual Deus nomeia o ser humano em seu testamento, o qual se efetiva com o evento de Cristo na cruz¹⁶.

O testamento, expressão absoluta da graça (*sola gratia*), é acolhido pela fé (*sola fide*), que é experiência da justificação e salvação. Aos que, ante a sua ênfase na salvação por graça mediante a fé, acusam-no de menosprezar as obras, Lutero retruca:

Não negamos que se devam fazer obras, mas desaprovamos que nossos adversários misturem a fé que justifica e as obras daqueles que foram justificados [pela fé]. É verdade que fé e obras combinam bem e estão inseparavelmente ligadas. Mas é somente através da fé que se obtém a bênção. Por isso declaramos que só a fé justifica, porque só ela é abençoada. As obras não têm mérito de abençoar, mas são frutos da pessoa abençoada.

A nossa justiça vem da fé¹⁷.

O combate de Lutero aos adversários teológicos de sua época, portanto, não propunha a afirmação da fé e a negação das obras, mas perguntava pela correta relação entre fé e obras. Se é bem verdade que não pode haver existência cristã sem boas obras, no que diz respeito à salvação, porém, deve-se afirmar a justificação *sola fide* (“somente pela fé”), excluindo-se qualquer referência ao fazer humano. Na relação do ser humano com Deus, fé e obras são grandezas que se excluem mutuamente. Na relação da pessoa cristã com as demais criaturas, por outro lado, fé e obras constituem uma relação de harmonia. Para o ser humano diante de Deus, fé e obras estão em relação adversativa. Para a pessoa cristã na presença das criaturas, fé e obras representam uma relação não apenas aditiva – do tipo: fé e obras –, mas consecutiva, pois a fé leva às [boas] obras, assim como uma boa árvore produz frutos bons.

¹³LINDBERG, C. *As Reformas na Europa*, p. 89.

¹⁴Cf. a interpretação que conjuga *Sl 30(31), (1)2* (“in iustitia tua libera me” ou “livra-me por tua justiça” [*A Bíblia Sagrada*. Antigo e o Novo Testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida, revista e atualizada no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2^a1993]) com *Rm 1,17* e a obra de Agostinho *De spiritu et littera* in: LUTERO, M. *Trabalhos do Frei Martinho Lutero nos Salmos apresentados aos estudantes de teologia em Wittenberg*, p. 381; HÄGGLUND, B. *História da teologia*, p. 182-183. À mencionada descoberta Lutero faz referência retrospectiva, em 1545, in: LUTERO, M. Prefácio ao primeiro volume da edição completa dos Escritos Latinos, p. 30-31. Uma versão alemã da passagem é citada por NÜSSEL, F. *Sola gratia – in einer gnadenlosen Wettbewerbsgesellschaft?*, p. 60-61.

¹⁵Expressão clássica essa nova compreensão da relação entre fé e obras encontrou na interpretação de *Mt 7.20* proposta in: LUTERO, M. *Tratado de Martinho Lutero sobre a liberdade cristã*, p. 449-450.

¹⁶LINDBERG, C. *As Reformas na Europa*, p. 90-91.

¹⁷LUTERO, M. *Preleção sobre Gênesis*, p. 521.

Ainda no final da sua vida, Lutero insiste na exclusividade da fé, da confiança, como meio de alcançar justiça / justificação diante de Deus, e que se observe a correta relação entre fé e obras, quando afirma:

[os adversários] não atribuem simplesmente a justiça às obras, mas às obras junto com a fé, porque veem que foram flagrados em claro e vergonhoso erro, pois ensinavam apenas as obras, sem a fé, e, mais ainda, baseadas em tradições humanas. Por isso, eles estão fazendo, agora, uma pequena modificação [na sua doutrina] e exigem, em vez de suas tradições, as obras e a justiça da lei para a justificação.

[...] a doutrina deles de que não se deve depositar a confiança em obras é uma falácia e uma mentira. Deve-se manter a proposição contrária, ou seja, que a confiança necessariamente acompanha a justiça de obras, pois toda justiça e verdade trazem consigo a confiança, que é a *endelechia*¹⁸, ou ato perfeito, substância e factótum da justiça.

Por isso, [quando indagado a respeito,] dá esta resposta: “Estás dizendo coisas conflitantes; confirmas a justiça de obras e negas que haja confiança nelas, embora toda justiça inclua necessariamente a confiança. A falta de confiança, porém, é a prova conclusiva de que não há justiça. Contudo, se depositas a confiança em obras, és um idólatra”.

Por isso, concluiremos contra os nossos adversários: “Vossa justificação, em que ensinais que obras devem ser combinadas com a fé, é uma mentira, porque contradizeis a vós mesmos, sustentais a justiça das obras e negais a confiança. Quando a confiança é abolida, a própria justiça tem de ser abolida, porque certeza e confiança perfazem a vida da justiça.”¹⁹

Lutero defende que obras que não brotam da fé são obras autoescolhidas. Como tais, não são dignas de confiança, não conferem certeza, nem testemunham a justiça de Deus. Antes, revelam o ser humano escravo do pecado e egocentrado. A certeza da salvação, por sua vez, somente pode existir enquanto ação *extra nos*, como experiência da justiça que nos é conferida de fora, por Deus. No que diz respeito à salvação e à sua certeza, somente Deus é agente; o ser humano é apenas e tão-somente recipiente. Quando o ser humano olha para si, desespera-se, pois conclui que, por sua própria vontade, não pode salvar-se, nem mesmo iniciar a sua salvação. Somente poderá haver certeza da salvação se essa for confessada como obra gratuita (*sola gratia*) de Deus em Jesus Cristo. Filipe Melancthon, colaborador de Lutero na Reforma em Wittenberg, formulou da seguinte forma a ideia da certeza da salvação enquanto *extra nos*:

Exatamente para que seja certa a esperança, exatamente para que haja distinção precedente entre os que alcançam salvação e os que não a alcançam, é necessário firmar que nos salvamos por misericórdia. Isso, quando dito assim nuamente, parece absurdo. Pois no foro e nos julgamentos humanos o direito ou o devido é certo, a misericórdia, incerta. Mas a coisa é diferente no juízo de Deus. Aqui a misericórdia tem promessa clara e certa, e tem mandamento divino. [...] Por consequência, todas as vezes que se fala de misericórdia, deve adicionar-se a fé na promessa. E essa fé produz a esperança certa, porque se firma na palavra e no mandamento de Deus. Se a esperança se firmasse nas obras, então, sim, seria incerta, porque obras não podem apaziguar a consciência

¹⁸Lutero refere-se à ideia da *enteléquia* de Aristóteles.

¹⁹LUTERO, M. Preleção sobre Gênesis, p. 518-521.

[...]. A fé estabelece a diferença entre dignos e indignos, porque a vida eterna foi prometida aos justificados, e a fé justifica²⁰.

Se a salvação é obra de Deus – somente! –, não do ser humano, coloca-se, então, inevitavelmente, a pergunta pela predestinação. E, de fato, a predestinação é tema central na teologia de Lutero, com o intuito de oferecer certeza da salvação por graça e fé. O professor de Wittenberg reconhece, porém, que se trata de tema complexo, cheio de armadilhas. Por isso, respondia aos “[...] espíritos injuriosos e arrogantes que, primeiro, dirigem seu raciocínio para este ponto, começam por pesquisar o abismo da predeterminação divina e se preocupam em vão com a pergunta se estão predeterminados”²¹, afirmando que precisavam primeiramente “[...] se humilhar a si mesmos de forma a desesperar ou a pôr tudo em jogo”²². Comentado o conteúdo da Carta aos Romanos, afirmou:

Tu, porém, segue esta carta em sua seqüência, ocupe-te primeiro com Cristo e o Evangelho. Nele, reconhecerás teu pecado e a graça do Evangelho. Em seguida, combate o pecado, como o ensinaram aqui os cap.[ítulos] 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Depois, tendo chegado ao 8º capítulo, sob cruz e sofrimento, isso te ensinará a entender bem a predeterminação nos cap.[ítulos] 9, 10 e 11. E como ela é consoladora! Pois sem sofrimento, cruz e aflições de morte não se pode tratar da predeterminação, sem juízo e indignação oculta contra Deus. Por isso, o [velho] Adão precisa estar morto antes de suportar essa coisa e tomar vinho forte. Toma cuidado, portanto, que não bebas vinho enquanto ainda és lactente. Todo ensinamento tem sua medida, tempo e idade²³.

Lutero não desqualificava a dúvida preocupada das pessoas sobre a própria eleição. Ao contrário, concebia a dúvida em perspectiva poimênica e consoladora. “Agradeça a Deus por seus tormentos!” Somente as pessoas eleitas são colocadas em provações a esse respeito. Em sua resposta a Bárbara Lisskirchen, aflita por não se sentir entre as pessoas eleitas, ele escreveu:

Quando tais pensamentos a assaltam, você deve aprender a perguntar a si mesma: “Por favor, em que mandamento está escrito que eu deva pensar sobre esse assunto e lidar com ele?” Quando parecer que não há tal mandamento, aprenda a dizer: “Saia daqui, maldito diabo! Você está tentando fazer com que eu me preocupe comigo mesma. Mas Deus declara em todos os lugares que eu devo deixá-lo tomar conta de mim [...]”. A mais sublime de todas as ordens de Deus é esta, que mantemos diante de nossos olhos a imagem de seu Filho querido, nosso Senhor Jesus Cristo. Todos os dias ele deve ser nosso excelente espelho, no qual contemplamos o quanto Deus nos ama e quão bem, em sua infinita bondade, ele cuidou de nós ao dar seu Filho amado por nós. Desse modo, eu digo, e de nenhum outro, um homem de fato aprende a lidar adequadamente com a questão da predestinação. Será evidente que você crê em Cristo. Se você crê, então será chamada. E, se é chamada, então muito certamente está predestinada. Não deixe que esse espelho e trono de graça seja quebrado de diante de seus olhos. [...] Contemple o Cristo dado por nós. Então, se Deus desejar, você se sentirá melhor²⁴.

²⁰MELANCHTHON, F. Apologia da Confissão, Artigo IV, Da justificação, p. 168.

²¹LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos, p. 139.

²²LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos, p. 139.

²³LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos, p. 139.

²⁴GEORGE, T. *A teologia dos Reformadores*, p. 79-80.

2 GRAÇA E LIVRE-ARBÍTRIO

A predestinação é tema próprio da tradição judaico-cristã, relacionada, no âmbito vétero-testamentário, à eleição do povo de Israel por Deus²⁵. No âmbito da tradição cristã, é suscitada como tema teológico na perspectiva dos “eleitos”, que, no caso, são “poucos”. A tensão entre a livre eleição de Deus e a resposta de fé da pessoa humana perpassa a Sagrada Escritura e povoa a teologia cristã ao longo da história até a atualidade. Essa tensão tornou-se exponencial especialmente entre e a partir de Pelágio e Agostinho. Impôs-se, por fim, a perspectiva agostiniana, embora a pelagiana não desaparecesse da história da teologia cristã²⁶.

A salvação como recompensa de Deus às boas obras humanas era enfatizada por Pelágio. A graça, para Pelágio, era concebida como capacidade natural de cada pessoa em obedecer aos mandamentos, sendo a obediência recompensada com a salvação. Agostinho, diferentemente, acentuava a distância entre a natureza humana, atingida pelo pecado, e a graça. Na perspectiva agostiniana, a vontade humana é totalmente impotente para escolher e operar o bem. Por isso, a salvação somente pode ser livre dádiva de Deus. Baseando-se na Carta do apóstolo Paulo aos Romanos (*Rm* 9-11), Agostinho defendia que Deus escolhe algumas pessoas para a salvação e condena outras, ainda que essas realizem boas obras, dignas de méritos, segundo julgamento humano²⁷.

O Concílio de Éfeso (431) condenaria Pelágio. O semipelagianismo, que defendia ser pelo menos o início da fé fruto do livre-arbítrio, foi condenado pelo II Concílio de Orange (529). Durante toda a Idade Média, ideias semipelagianas não se estabeleceriam mais de forma pura, já que todas afirmavam a necessidade da graça divina para a salvação. Havia, por exemplo, quem defendesse que a predestinação estaria subordinada ao conhecimento prévio de Deus, ou seja, de que Deus predestinaria pessoas que antecipadamente recebem méritos de seu próprio livre-arbítrio. O tema do (mais ou menos) livre-arbítrio na relação ou colaboração na salvação perante Deus, ao invés da concepção da livre decisão de Deus de escolher quem desejasse, permaneceu tema na teologia cristã, mesmo após a condenação do pelagianismo e do semipelagianismo²⁸.

A ênfase de Lutero sobre o tema da graça (*sola gratia*) decorre de seu combate à concepção segundo a qual haveria alguma potência do livre-arbítrio relativamente à salvação. Segundo Lutero, a única potência do livre-arbítrio é para o pecado e a conseqüente condenação. Por isso, somente há salvação porque há predestinação, pois a doutrina da predestinação declara a justificação como sendo obra única e exclusiva de Deus. A doutrina da predestinação é afirmação do princípio *sola gratia* e, por isso, apta a conferir certeza da salvação.

O tema da eleição e da predestinação para a salvação perpassa o escrito *Da vontade cativa* – resposta de Lutero à *Diatribé sobre o livre-arbítrio*, de Erasmo de Roterdã²⁹. A discussão entre Lutero e Erasmo diz respeito à pergunta, se “é ímpio, impertinente e supérfluo querer saber se nossa vontade faz alguma coisa naquilo que concerne à salvação eterna [...]”. Dito de outra forma, “o que pode a misericórdia de Deus e o que

²⁵SEYBOLD, K. Erwählung. I. Altes Testament, col. 1478-1481; RÖHSER, G. Prädestination. I. Biblisch, col. 1524-1526. De modo similar, no Novo Testamento, “eleição” ocorre, em primeira linha, em favor de uma coletividade: a igreja. Mas também indivíduos podem ser eleitos, como foi o caso de Cristo, cada um dos doze apóstolos e Paulo. Cf. HARTMAN, L. Erwählung. II. Neues Testament, col. 1481-1482.

²⁶GEORGE, T. *A teologia dos Reformadores*, p. 74-75.

²⁷GEORGE, T. *A teologia dos Reformadores*, p. 75.

²⁸GEORGE, T. *A teologia dos Reformadores*, p. 75.

²⁹ROTTERDAM, E. von, *De libero arbitrio DIATRIBH sive collatio / Gespräch oder Unterredung über den freien Willen*, p. 1-195.

pode nossa vontade”³⁰ em relação à salvação? Além disso, a controvérsia girava em torno da questão “se Deus tem presciência de alguma coisa de modo contingente e se fazemos tudo por necessidade”³¹. Lutero concebia que “é necessário e salutar que o cristão saiba também que Deus de nada tem presciência de modo contingente; antes, ele prevê, se propõe e faz tudo com vontade imutável, eterna e infalível. Com este raio o livre-arbítrio é totalmente derrubado e destruído”³². Para Lutero, nisso consistia “o único e supremo consolo dos cristãos em todas as adversidades; saber que Deus não mente, mas tudo faz imutavelmente, e que a sua vontade não se pode resistir e que não se pode mudá-la ou impedi-la”³³ por meio do livre-arbítrio humano. A imutabilidade de Deus, portanto, precisa ser afirmada como consolo e fundamento da certeza da salvação, a qual é recebida como graça e misericórdia pela fé.

No entendimento de Lutero, depois da queda no pecado, o livre-arbítrio foi completamente corrompido no ser humano, de forma que a vontade é cativa do mal. Por esta razão, o livre-arbítrio não mais tem potência no que se refere às coisas referentes à salvação e não pode decidir por si pelo bem eterno, a bem-aventurança³⁴. Lutero não nega a realidade do livre-arbítrio, contudo, a sua potência está restrita ao que é “inferior” ao ser humano. “Em relação a Deus [...], ou nas coisas que concernem à salvação ou condenação, ele não tem livre-arbítrio, mas é cativo, sujeito e servo ou da vontade de Deus ou da vontade de Satanás”³⁵.

A “necessidade de imutabilidade”³⁶ de Deus precisa ser concebida na relação da confissão “deixa Deus ser Deus”. Em coerência ainda com a concepção da “necessidade de imutabilidade” de Deus, Lutero afirmava que a vontade de Deus não pode ser normatizada, regrada ou prescrita, nem ainda se pode atribuir a ela uma causa ou razão. “Pois se houvesse qualquer regra, medida, causa ou razão para ela, já não poderia ser a vontade de Deus”³⁷. É vão especular sobre a possibilidade de pessoas eleitas que vivem em pecado serem salvas. Segundo Lutero, “[...] mesmo que admitamos que alguns eleitos sejam mantidos no erro durante toda sua vida, é contudo necessário que antes de morrer voltem ao caminho, porque Cristo diz em Jo 8 [sc. 10,28]: ‘Ninguém os arrebatará de minha mão’”³⁸.

Em coerência com o pensamento anti-especulativo, Lutero também responde ao questionamento, se pessoas eleitas podem ser publicamente identificadas como sendo verdadeira “Igreja de Deus”. Deus mantém a sua Igreja verdadeira de forma abscôndita. Julgar uma pessoa eleita ou santa, portanto, não pode considerar a fé como critério, mas unicamente o amor. O amor pode equivocar-se, pois está sujeito aos usos e abusos. A fé, diferentemente, somente poderia afirmar alguém como santo, se antes tivesse sido declarado santo pelo juízo divino. “Por isso, embora todos devamos ter-nos mutuamente por santos segundo o direito do amor, ninguém deve, contudo, ser julgado justo segundo o direito da fé, como se fosse um artigo de fé que este ou aquele seja santo”³⁹. Lutero concebia Deus, em sua essência, como bom, razão pela qual também não age de forma má. Em coerência, a origem do pecado também não

³⁰LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 27.

³¹LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 30.

³²LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 30.

³³LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 34.

³⁴GEORGE, T. *A teologia dos Reformadores*, p. 77.

³⁵LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 51, também p. 209.

³⁶LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 31-35, 48, 110.

³⁷LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 131.

³⁸LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 61.

³⁹LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 64.

pode ser atribuída a Deus. Deus, contudo, pode se valer de instrumentos maus para concretizar a sua obra⁴⁰.

Deus opera o mal em nós, isto é, por meio de nós, não por culpa de Deus, mas por causa de um vício nosso, pois somos maus por natureza, e Deus, ao contrário, é bom; ao apropriar-se de nós por meio de sua ação de acordo com a natureza de sua onipotência, ele, que é bom, não pode agir de outro modo senão fazendo o mal com um instrumento mau, ainda que faça bom uso deste mal de acordo com sua sabedoria para sua glória e nossa salvação.⁴¹

Lutero exemplificou a sua concepção com a situação de um carpinteiro que dispõe de um machado de qualidade ruim. O carpinteiro continua sendo um bom profissional, o seu trabalho, contudo, acaba condicionado ao estado da ferramenta de trabalho⁴². Assim argumentando, Lutero explica por que há pessoas que não serão abençoadas com a eterna salvação. A redenção é totalmente obra de Deus; a condenação, porém, é consequência da maldade da própria pessoa condenada, do “machado ruim”⁴³.

Ainda em coerência com a “necessidade de imutabilidade”, cabe distinguir entre “o Deus oculto” (*Deus absconditus*) e o que Deus revelou em Cristo e é testificado nas Sagradas Escrituras. A razão do agir de Deus através do mal diz respeito ao Deus oculto e permanece um mistério insondável à criatura. De outro lado, as Sagradas Escrituras proclamam claramente a oferta da graça de Deus para que todas as pessoas sejam salvas. O ser humano deve se ater ao Deus revelado nas Escrituras e não especular sobre a majestade e a vontade divinas, que, em sua soberania, operam não apenas salvação, mas também condenação. Deve-se distinguir entre luz da natureza, luz da graça e luz da glória. Há realidades que somente podem ser compreendidas à luz da graça, como, por exemplo, o sofrimento de pessoas boas e a prosperidade de pessoas más. Há, porém, coisas e situações que extrapolam inclusive a luz da graça concedida à fé e somente poderão ser entendidas à luz da glória. O mistério da predestinação, que nega o livre-arbítrio, afronta não apenas a luz da razão, mas também a luz da graça, e será desvelado apenas à luz da glória⁴⁴.

O livre-arbítrio, enquanto “força da vontade humana [...] pela qual o ser humano pode [...] aplicar-se ao bem”, visando alcançar ou contribuir para a “salvação eterna”⁴⁵ (Erasmus), está radicalmente em oposição à graça divina e exclui o Espírito Santo. “Pois não haveria qualquer necessidade da graça se houvesse tanto bem no livre-arbítrio por meio do qual ele pudesse aplicar a si mesmo ao bem”⁴⁶. Excluindo-se a graça de Deus, o livre-arbítrio, a rigor, somente ainda pode existir aparente e nominalmente, pois, com o pecado, o ser humano perdeu a liberdade, logo o livre-arbítrio. E “liberdade perdida” significa “nenhuma liberdade”, assim como “[eu] não posso chamar de saúde a uma saúde perdida”⁴⁷.

A intencionalidade de Deus é libertar o ser humano da ilusão de liberdade. O poder de decisão humano só é verdadeiramente livre quando a vontade é perpassada pela graça

⁴⁰LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 128.

⁴¹LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 129.

⁴²HÄGGLUND, B. *História da teologia*, p. 198.

⁴³Enquanto na Bíblia “eleição” e “predestinação” são usados exclusivamente como conceitos positivos (a condenação é afirmada de outras maneiras), Lutero e João Calvino, na esteira de Agostinho, avançam em direção a uma “dupla predestinação”. Os escritos confessionais luteranos, por sua vez, restringiram novamente a predestinação à sua compreensão salvífica e colocaram a incredulidade das pessoas que se fecham ao Evangelho sob a presciência divina. LEONHARDT, R. *Grundinformation Dogmatik*, p. 328-333.

⁴⁴HÄGGLUND, B. *História da teologia*, p. 198-199.

⁴⁵LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 75, 80.

⁴⁶LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 81. Cf. também *ibid.*, p. 77-78, 90-91, 108, 179, 187.

⁴⁷LUTERO, M. Da vontade cativa, p. 83, também p. 81-84.

de Deus. Pelo fato de a vontade humana não ser boa sem a graça de Deus, “a única preparação infalível para a graça [...] é a eleição eterna e a predestinação de Deus”⁴⁸.

Erasmus, segundo Lutero, teria confundido Lei e Evangelho, ao conceber que, pelo livre-arbítrio, a pessoa pode cumprir a Lei; caso contrário, na concepção do grande humanista de Roterdã, não faria sentido que a Lei tivesse sido prescrita. Combatendo esse pensamento de Erasmo, Lutero afirma que prescrições bíblicas não indicam potência de cumprimento, mas pretendem dar a conhecer e confrontar o ser humano com a sua impotência e debilidade. Dito de outra forma, “as palavras da lei não demonstram a força do livre-arbítrio, mas mostram o que devemos e o que não somos capazes [de fazer]”⁴⁹. Se houvesse potência para o cumprimento, os verbos usados na Bíblia para chamar as pessoas ao cumprimento do preceito divino teriam sido conjugados no indicativo e não no imperativo⁵⁰. Além disso, a partícula “se” (“se quiserdes”, “se me amardes”, “se permanecerdes”, etc.) indica exatamente a impotência do livre-arbítrio e, objetivamente, pretende suscitar o conhecimento do pecado⁵¹.

A graça redentora de Deus precede todo esforço e todo empenho humanos. Conceber a salvação como meritória a partir do livre-arbítrio equivale a negar e esvaziar a graça, expressa radicalmente em Cristo, e arruinar a Escritura por completo⁵². “Se cremos que Cristo redimiu os homens por seu sangue, somos obrigados a concordar que o homem todo estava perdido, do contrário, ou tornamos a Cristo supérfluo, ou fazemos dele um Redentor apenas da parte mais vil, o que seria blasfemo e sacrílego”⁵³.

Em semelhança à teologia de Agostinho, Lutero combateu o princípio da potência do livre-arbítrio humano relativo às coisas da salvação como estando em oposição à livre graça de Deus. Por isso, o assunto da predestinação não é secundário⁵⁴. De outro lado, o Reformador entendia que o mistério da predestinação se relaciona com o Deus abscondido, portanto, está para além da sua revelação. Até a revelação plena, a predestinação, bem como a justificação, precisa ser crida (*sola fide*)⁵⁵.

3 SOMENTE CRISTO E SOMENTE A GRAÇA

Gunther Wenz afirma que Cristo (*solus Christus*) é critério e padrão para uma antropologia fundada na teologia da justificação pela graça mediante a fé. A cristologia é o princípio fundante para a antropologia cristã, razão pela qual não podem ser separadas, mas no máximo distinguidas. Na cristologia, encontram-se a pergunta e a resposta sobre conhecimento de Deus e autoconhecimento humano. Cristo é a reafirmação do projeto original de Deus na criação: a vida. O pecado – que não é um “problema moral” – é a separação do ser humano do Deus da vida, que coloca a criatura sob o poder do diabo e da morte; é corrupção da justiça e inauguração da injustiça. Por isso, a obra central de Deus em Jesus Cristo é a justificação como agir de Sua graça. Como o ser humano está no “lamaçal” do pecado da injustiça – ele não somente “perdeu a saúde”; ele é um doente que não pode se ajudar a si mesmo! –, precisa ser justificado *extra se*. Somente o *extra se* lhe devolve a certeza da salvação. Nesse sentido, Wenz, citando Ernst Wolf e Edmund Schlink, afirma:

⁴⁸GEORGE, T. *A teologia dos Reformadores*, p. 78.

⁴⁹LUTERO, M. *Da vontade cativa*, p. 97.

⁵⁰LUTERO, M. *Da vontade cativa*, p. 90-99.

⁵¹LUTERO, M. *Da vontade cativa*, p. 106-108, 192.

⁵²LUTERO, M. *Da vontade cativa*, p. 202-207.

⁵³LUTERO, M. *Da vontade cativa*, p. 215.

⁵⁴GEORGE, T. *A teologia dos Reformadores*, p. 76.

⁵⁵GEORGE, T. *A teologia dos Reformadores*, p. 79.

[...] a doutrina da justificação mostra ser o centro e o limite da teologia evangélica. ‘*Centro*’ – isto significa que tudo na teologia reformatória está relacionado com ela; afinal, nela se apreende de maneira central o *subiectum theologiae*. – Limite – isto significa que tudo o que se encontra fora daquilo que é definido e concentrado por esse centro é ‘*error et venenum*’ in *theologia* [erro e veneno na teologia]”. Por conseguinte, a doutrina reformatória da justificação estaria entendida equivocadamente se se quisesse meramente declará-la um tópico doutrinário ao lado de outros, mesmo que seja o tópico central. [Pois] “cada tópico doutrinário avulso [...] só deve ser entendido a partir do centro dos escritos confessionais, a saber, a partir do artigo acerca da justificação”.

Nesse sentido, a doutrina reformatória da justificação não pode significar, ou não pode só significar, “um *locus* teológico avulso ao lado de outros *loci*, e o ‘artigo’ da justificação também não é um artigo de fé só para si”⁵⁶.

Da mesma forma, o tema da predestinação não pode ser entendido como um tópico avulso, mas fundamento perpassante por toda a teologia. E isso é assim, pois justificação por graça mediante a fé e predestinação são sinônimos ou, dito de outra forma, dois lados de uma mesma moeda. Segundo Robert Jenson, “a predestinação é simplesmente a doutrina da justificação formulada na voz ativa. Se mudarmos “Somos justificados somente por Deus” do passivo para o ativo, obtemos: “Somente Deus nos justifica”⁵⁷.

O tema da predestinação somente se torna motivo de medo e incerteza quando o “nosso ateísmo” ou a razão desloca o seu “lugar” em Deus para estar “em nós”. Nesse caso, eles se tornam “medo de Deus” e resultam em incerteza diante de Deus⁵⁸. Quando, contudo, aquele mesmo tema é considerado sinônimo de justificação por graça, mediante a fé, ele se torna fundamento de consolo: somente há salvação por haver predestinação.

A *certitudo salutis* somente pode ser localizada em e a partir de Deus, revelado em Cristo. Pela fé, dádiva do Espírito Santo, a promessa da salvação é tornada certeza e transforma o medo e a angústia no coração em ânimo alegre em Deus, que em Cristo se apresenta misericordioso⁵⁹.

A fé vem “[...] exclusivamente pela Palavra de Deus ou Evangelho que prega a Cristo como Filho de Deus e pessoa humana, morto, ressurreto em nosso favor [...]”⁶⁰. Ela tem o seu fundamento no próprio Deus, expresso em sua Palavra. Porque a fé é obra de Deus Espírito Santo, ela não pode ser produzida por ninguém nem exigida de alguém, também não pode ser imposta a quem quer que seja. Na doutrina da predestinação e na compreensão da fé como obra exclusiva de Deus, que opera *sola gratia*, convergem a vontade cativa do ser humano, incapaz de voltar-se, por força própria, para Deus, e a fé como experiência em, de e para a liberdade. Assim sintetiza Lutero:

Já que [...] não posso infundir a fé no coração de ninguém, não posso nem devo obrigar ou coagir ninguém a isso: pois Deus opera isso sozinho e vem a habitar anteriormente no coração. Por isso se deve deixar a palavra livre e não querer juntar nossa obra a ela: nós certamente temos o *ius verbi* [direito da palavra] mas não a *executionem* [execução]. Cabe-nos pregar a palavra, mas as conseqüências pertencem unicamente ao agrado de Deus.

A fé quer ser assumida espontaneamente, sem pressões⁶¹.

⁵⁶WENZ, G. Evangelho e escritos confessionais, p. 50.

⁵⁷JENSON, R. O Espírito Santo, p. 146-147.

⁵⁸JENSON, R. O Espírito Santo, p. 147-148.

⁵⁹SCHMIDT, K. D. A doutrina de Lutero acerca do Espírito Santo, p. 84-85, 92; GASSMANN, G.; HENDRIX, S. *As Confissões Luteranas*, p. 154.

⁶⁰LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos, p. 131.

⁶¹LUTERO, *apud* EBELING, G. *O pensamento de Lutero*, p. 169-170.

A fé em Cristo é força que supera a angústia sobre eleição ou condenação, pois ela já é o efeito da própria eleição. Pela fé, a salvação é tornada certeza. A certeza é essencial, pois aponta para a presença e a união entre Deus e pessoa. Dessa forma, fé e Deus são inseparáveis. Somente na presença de Deus o ser humano pode ter certeza. Enquanto a incerteza aponta o próprio pecado do ser humano, a certeza aponta a sua salvação⁶².

A fé, que confere certeza, não elimina as aflições, mas se constitui resposta nas aflições; não significa necessariamente mudança de situação, mas mudança da relação frente à situação; não concretiza o efeito salvador de forma plena, mas realiza a certeza frente ao ausente, ao que ainda não é⁶³. A certeza da salvação, por sua vez, não pode ser confundida com presunção. A realidade da pessoa cristã é existência enquanto simultaneamente justa e pecadora (*simul iustus et peccator*), de forma que o arrependimento precisa ser contínuo, assim como o recebimento do perdão; arrependimento e perdão, então, fortalecem a própria fé⁶⁴.

Fé, entretanto, é uma obra divina em nós que nos modifica e nos faz renascer de Deus, Jo. 1[.13], mata o velho Adão, transforma-nos em pessoas bem diferentes de coração, sentimento, mentalidade e todas as forças, e traz consigo o Espírito Santo⁶⁵.

A fé acolhe a promessa da salvação como graça de Deus, revelada em Jesus Cristo. A promessa somente pode ser recebida pela fé, pela qual se torna segura. Se a salvação dependesse de méritos humanos, seria inútil e insegura⁶⁶. A fé é dádiva de Deus, provocada pelo Espírito Santo, assim como a predestinação é obra de Deus, dada às pessoas as quais elegeram já antes de nascerem, conseqüentemente, antes da conversão. Por ter a sua origem *extra nos*, ou seja, por ser dádiva de Deus através do Espírito Santo, a fé tem como consequência a certeza da salvação.

CONCLUSÃO

A afirmação da exclusividade da graça na teologia de Lutero tem por finalidade reafirmar a certeza da salvação que a concepção do mérito havia tornado insegura. O pecado humano colocou o ser humano em situação de condenação. Nessa condição, somente poderá haver salvação como ação *extra nos*, revelada em Cristo. Porque há predestinação, há salvação. E a predestinação se opõe à concepção de potência no livre-arbítrio relativo a coisas da salvação. Predestinação, portanto, “sublinha” a salvação como graça, como testamento. Dessa forma, a antropologia é definida pela cristologia, à medida que, “diante de Deus” (*coram Deo*), o ser humano é justificado por graça, cuja promessa é recebida pela fé, e não por méritos próprios.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA Sagrada. Antigo e o Novo Testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, ²1993.

EBELING, Gerhard. *O pensamento de Lutero: Uma introdução*. São Leopoldo: Sinodal, 1988.

⁶²EBELING, G. *O pensamento de Lutero*, p. 198; SCHMIDT, K. D. A doutrina de Lutero acerca do Espírito Santo, p. 92-93.

⁶³EBELING, G. *O pensamento de Lutero*, p. 203-204.

⁶⁴GASSMANN, G.; HENDRIX, S. *As Confissões Luteranas*, p. 155.

⁶⁵LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos, p. 133. Cf. também EBELING, G. *O pensamento de Lutero*, p. 131.

⁶⁶MELANCHTHON, F. Apologia da Confissão, p. 117, 150-157.

- ERASMUS VON ROTTERDAM. De libero arbitrio DIATRIBH sive collatio / Gespräch oder Unterredung über den freien Willen. Traduzido, introduzido e acrescido de notas por Winfried Lesowsky. In: *Ausgewählte Schriften*. Edição em oito volumes latim e alemão. Editado por Werner Welzig. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Vol. 4, 1969. p. 1-195.
- GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. *As confissões luteranas*: Introdução. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2002.
- GEORGE, Timothy. *A teologia dos Reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994.
- GREINER, Albert. *Lutero*: Ensaio biográfico. São Leopoldo: Sinodal, 1969.
- HÄGGLUND, Bengt. *História da teologia*. Porto Alegre: Concórdia, ⁵1995.
- HARTMAN, Lars. Erwählung II. Neues Testament. In: *Religion in Geschichte und Gegenwart*. Tübingen: Mohr Siebeck, Vol. 2, ⁴1999, col. 1481-1482.
- JENSON, Robert W. O Espírito Santo. In: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. (eds.). *Dogmática cristã*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, Vol. 2, 1995. p. 117-189.
- LEONHARDT, Rochus. *Grundinformation Dogmatik*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, ³2008.
- LINDBERG, Carter. *As reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 2001.
- LINK, Christian. Prädestination II. Dogmengeschichtlich. In: *Religion in Geschichte und Gegenwart*. Tübingen: Mohr Siebeck, Vol. 6, ⁴2003, col. 1526-1530.
- LUTERO, Martinho. Da vontade cativa. In: *Obras selecionadas*. São Leopoldo – Porto Alegre: Sinodal – Concórdia, Vol. 4, 1993. p. 11-216.
- LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos. In: *Obras selecionadas*. São Leopoldo – Porto Alegre: Sinodal – Concórdia, Vol. 8, 2003, p. 129-141.
- LUTERO, Martinho. Prefácio ao primeiro volume da edição completa dos Escritos Latinos. In: *Pelo Evangelho de Cristo*: Obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma. Porto Alegre – São Leopoldo: Concórdia – Sinodal, 1984. p. 22-32.
- LUTERO, Martinho. Preleção sobre Gênesis. In: *Obras selecionadas*. São Leopoldo – Porto Alegre; Canoas: Sinodal – Concórdia – Ulbra, Vol. 12, 2014. p. 53-530.
- LUTERO, Martinho. Trabalhos do Frei Martinho Lutero nos Salmos apresentados aos estudantes de teologia em Wittenberg. In: *Obras selecionadas*. São Leopoldo – Porto Alegre: Sinodal – Concórdia, Vol. 8, 2003. p. 348-492.
- LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a liberdade cristã. In: *Obras selecionadas*. São Leopoldo – Porto Alegre: Sinodal – Concórdia, Vol. 2, 1989. p. 436-460.
- MELANCHTHON, Filipe. Apologia da Confissão. In: *Livro de Concórdia*: As confissões da Igreja Evangélica Luterana. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal – Concórdia, ⁴1993. p. 95-304.
- NÜSSEL, Friederike. *Sola gratia* – in einer gnadenlosen Wettbewerbsgesellschaft? In: HECKEL, Ulrich et alii (Hrsg.). *Luther heute*: Ausstrahlungen der Wittenberger Reformation. Tübingen: Mohr Siebeck, 2017. p. 49-67.
- RÖHSER, Günter. Prädestination. I. Biblisch. In: *Religion in Geschichte und Gegenwart*. Tübingen: Mohr Siebeck, Vol. 6, ⁴2003, col. 1524-1526.
- SCHMIDT, Kurt Dietrich. A doutrina de Lutero acerca do Espírito Santo. In: *A Presença de Deus na História*. São Leopoldo: Sinodal, 1982. p. 77-95.

SEYBOLD, Klaus. Erwählung. I. Altes Testament. In: *Religion in Geschichte und Gegenwart*. Tübingen: Mohr Siebeck, Vol. 2, 41999, col. 1478-1481.

SLENCZKA, Notger. Habitus. I. In: *Religion in Geschichte und Gegenwart*. Tübingen: Mohr Siebeck, Vol. 3, 42000. (Col. 1365-1366).

WACHHOLZ, Wilhelm. *História e teologia da Reforma*. São Leopoldo: Sinodal, 2016.

WENZ, Gunther. Evangelho e escritos confessionais; a hermenêutica das confissões do luteranismo. In: WACHHOLZ, Wilhelm (coord.). *Evangelho, Bíblia e Escritos Confessionais: Anais do II Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2004. p. 48-65.

Recebido em: 07/08/2018

Aceito em: 04/06/2019

Publicado em: 31/10/2019

Autor:

WILHELM WACHHOLZ

Rede Sinodal, Faculdades EST, São Leopoldo, RS, Brasil.

E-mail: wachholz@est.edu.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4559-9673>

✉ Endereço:

Rua Amadeo Rossi, 467

93030-220, São Leopoldo, RS, Brasil